

# SEM PROTOCOLO

AS NOTÍCIAS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL



## O ouvidor está de volta a cena

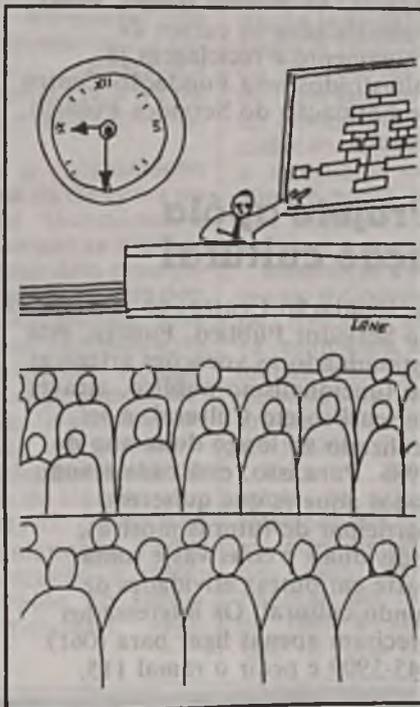
A figura do ouvidor reaparece na história da Administração pública brasileira, depois de quase um século de ter sido banida, pelos ventos da renovação republicana. O presidente José Sarney acaba de enviar ao Congresso projeto de lei que recria a figura do ouvidor para a Previdência Social. Sem remuneração, será indicado pela sociedade e acolhido pelo poder público.

Em Brasília, o governador José Aparecido já anunciou que vai nomear ouvidores para captar da sociedade seus anseios e aspirações e até mesmo os problemas cotidianos, levando-os ao governante ou aos seus auxiliares diretamente envolvidos com as questões. "O Brasil não pode se dar ao luxo de ignorar a figura do "ombudsman" em São Paulo, onde pronunciou uma série de conferências, o professor inglês Gerald Caiden, 50 anos, lente da Universidade do Sul da Califórnia. Especialista em administração pública, Caiden — que pronunciou palestra também na Fucep, em Brasília — define o "ombudsman" como o funcionário incumbido de receber as queixas do povo,

propiciar a investigação dessas queixas e oferecer conclusões. Mas mais importantes que o ouvidor, segundo Caiden, é uma "polícia honesta" e uma "justiça imparcial".

## Sabatina dura 9 horas e meia

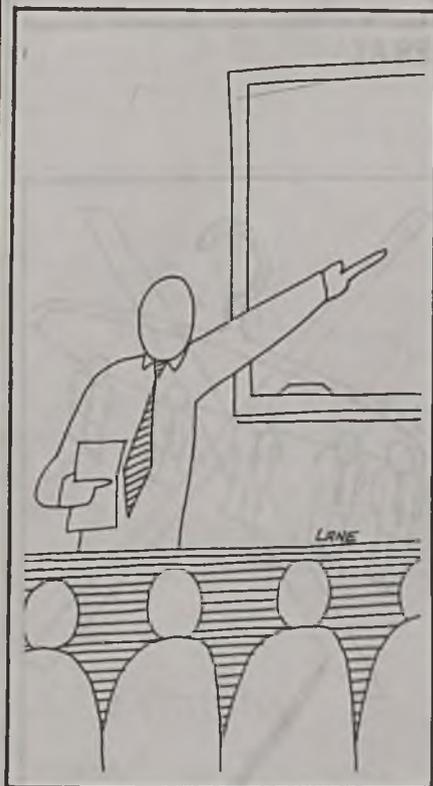
Durante nove horas e meia, o ministro Aluizio Alves foi sabatinado na Fundação do Desenvolvimento Administrativo de São Paulo, na última semana de abril. O tema central foi a reforma administrativa, mas o debate variou sobre mudanças, de modo geral, no serviço público. Participaram do debate Sérgio Abranches, Carlos Lessa, Frederico Bulssinger, diretor do Metrô paulista, e José Gregório, secretário de Descentralização de São Paulo. Entre as "boas notícias" anunciadas para os funcionários públicos, o Ministro previu a criação de um instituto destinado a complementar a aposentadoria dos celetistas.



## Cabides têm os dias contados

A adoção do contracheque unificado voltou a entrar nas cogitações do Governo, como fórmula para acabar com a acumulação de cargos no serviço público federal. O sistema poderá ser adotado com relativa facilidade, porque a União já opera com caixa único, centralizado na recém-criada Secretaria do Tesouro. Precisa apenas operar com unidades de computadores que já elaboram as folhas de pagamento. Sugestão nesse sentido foi feita, no ano passado, pelo ministro Aluizio Alves, mas foi provisoriamente arquivada diante dos problemas operacionais já existentes na área econômica, até a adoção do Plano Cruzado. Levantamento feito em 1985, mostrou que cerca de trinta mil pessoas ocupavam cerca de oitenta mil cargos, num País ainda assoberbado pelo problema do desemprego. Esse quadro é um desafio a um governo que pratica a austeridade e tem a preocupação com o social, acima de tudo.

## SEM PROTOCOLO



### Treinamento abre cursos gratuitos

A Fundação-Centro de Formação do Servidor Público, Funcep, promove, no mês de junho deste ano, uma série de cursos de interesse da categoria. Eis alguns desses cursos, de frequência gratuita para o funcionalismo:

“Administração de cargos e salários”; “Elaboração de Objetivos para um Planejamento de Ensino”; “A Função Gerencial e o Desenvolvimento de Recursos Humanos”; “Biblioteca como Fonte de Pesquisa”.

Esses cursos fazem parte do Programa Básico de Treinamento, promovido pela Funcep, em Brasília.

Outro curso importante promovido pela Funcep a partir de 2 de junho, é o de Orçamento e Finanças, destinado a profissionais que atuam nas áreas de Administração financeira e orçamentária. Prolongando-se até o dia 4 de julho, compreende 100 horas, com as seguintes disciplinas: Aspectos Legais, Políticos e Administrativos do Orçamento por Programas; Técnicas Modernas de

Orçamento; O processo Orçamentário; Execução e Fiscalização de Orçamento. A Funcep fica no Setor de Áreas Isoladas Sul, em Brasília e informações serão fornecidas pelo telefone (061) 245-5909, ramal 131.

### Como se fosse um novo País

O ministro Aluizio Alves dirigiu um apelo aos diretores de departamentos de pessoal de vários órgãos federais para que examinem a questão da ascensão por mérito “como se este fosse um País novo”. Os diretores reuniram-se em Brasília para discutir o novo Plano de Classificação e Cargos, que também será reformulado.

A carreira do servidor público e o recrutamento devem partir do mérito, comentou o Ministro, na ocasião. O Governo pretende que o ingresso no serviço público federal somente se faça através de consenso. No caso dos funcionários de nível médio, deve-se exigir o treinamento e, para os de nível superior, a exigência será a passagem por cursos de administração também de nível superior. A futura Escola Nacional de Administração Pública ficará responsável pela formação dos futuros dirigentes da administração federal. Ao mesmo tempo, serão intensificados os cursos de treinamento e reciclagem já ministrados pela Fundação-Centro de Formação do Servidor Público, Funcep.

### Projeto apóia ação cultural

A Fundação-Centro de Formação do Servidor Público, Funcep, está estimulando as vocações artísticas do funcionalismo público, através de seu Projeto Cultural, a ser realizado ao longo deste ano de 1986. Para isso, está cadastrando todos aqueles que quiserem participar de futuras mostras, individuais e coletivas e tomar parte em outras atividades de fundo cultural. Os interessados precisam apenas ligar para (061) 245-5909 e pedir o ramal 115.

## DA IMPRENSA

### Melhor servidor e melhores serviços

A reforma que o presidente Sarney encomendou aos ministros da Administração, Aluizio Alves, e do Planejamento, João Sayad, tem três objetivos básicos, revela o jornal *Correio Braziliense*, em sua edição de 25 de maio, citando um assessor presidencial não identificado. Esses objetivos são: 1. O Presidente quer que suas ordens sejam cumpridas sem burocracia; 2. Quer contar com funcionários públicos melhor preparados, especialmente os de nível médio e superior; 3. Deseja que o serviço público seja sensível às necessidades do povo.

### Quatro Planos na rota do Cruzado

A reforma administrativa em elaboração pelos Ministérios da Administração, do Planejamento e da Fazenda deverá ser o primeiro de quatro planos complementares ao Programa de Estabilização da Economia, a ficar pronto em sua primeira versão, informou o jornal *Folha de S. Paulo*, em sua edição de 26.05.86, citando fonte do Palácio do Planalto.

Ainda segundo o mesmo jornal, os outros planos complementares são: o de readequação do sistema financeiro (“o Governo prefere não falar mais em reforma bancária”); o da reforma urbana e o de elaboração de uma nova política industrial.

“O Governo considera a reforma administrativa indispensável, tanto para a contenção do déficit público quanto para a execução dos programas sociais.

“Além da racionalização da máquina” — continua a *Folha* — (com extinção, fusão e incorporação de órgãos) e do treinamento de pessoal para melhorar seu funcionamento, um dos pontos tidos como fundamentais é a recuperação do sistema de planejamento, perdido ao longo dos governos passados, sobretudo na administração Delfim Netto na Secretaria de Planejamento da Presidência”.